

MUDANÇAS ESTRUTURAIS DO PERFIL INDUSTRIAL NO NORDESTE

*Assuero Ferreira**

Resumo: Neste artigo o autor intenta uma análise da industrialização no Nordeste de forma a captar as transformações mais significativas do perfil industrial. A conclusão fundamental a que chega indica que o processo recente de expansão culminou no assentamento de uma estrutura industrial, primordialmente, interligada à matriz industrial fora da Região, devido ao seu caráter complementar. Daí advém a incipiência dinâmica, no que diz respeito à geração interna de empregos. Ademais, verifica-se neste contexto um recrudescimento da concentração espacial da indústria que contribuiu para aumentar, ainda mais, as disparidades intra-regionais.

1. INTRODUÇÃO

Passada a euforia desenvolvimentista, ou modernizadora, como se queira chamar, que aflorou no Nordeste com a política de planificação, a partir da SUDENE, pode-se afirmar que, embora tenha havido modificações sensíveis na estrutura econômica e social da Região, a permanência dos níveis críticos de pobreza, tanto a nível rural quanto urbano, tem posto em sérias dúvidas a eficácia ou a adequação de tal projeto na solução das questões relevantes a que se propôs.

Indubitavelmente, as transformações ocorridas, no que se refere à estrutura produtiva, foram essencialmente de natureza urbano-industrial. Ou seja, as formas de indução produtivas redirecionaram-se no sentido de dar lugar ao setor industrial como polarizador, "ipso facto", impulsionador do processo de acumulação.

* Professor do Curso de Mestrado em Economia – CAEN/UFC.

Nesta perspectiva, as análises sobre a “questão nordestina têm, em maior escala, caminhado no sentido de apreender o conteúdo da industrialização recente e explicar a sua maior determinação na incipiência dinâmica interna, cuja conseqüência é a pertinácia do subemprego e das péssimas condições de vida a que estão submetidas as vastas camadas populacionais da Região.

O presente ensaio intenta captar a essência desse movimento, procurando, através de uma re colocação histórico-estrutural, fazer transparecer certas características dessas transformações do perfil industrial na Região que possibilitem extrair alguns subsídios para um entendimento abrangente do problema.

Maior ênfase foi dada à Indústria de Transformação, isto devido à sua preponderância na atividade produtiva. De acordo com o Censo Industrial de 1975 (FIBGE), o valor da sua produção representou 98,1% da produção industrial da Região.

Numa primeira parte levantam-se algumas questões de natureza histórica da formação industrial que induzem à contrastação com a evolução recente, bem como a permanência de algumas singularidades nessa mesma estrutura. Em seguida, analisa-se a política de incentivos fiscais e seus efeitos mais significativos no redirecionamento do perfil industrial, tanto do ponto de vista setorial quanto espacial. Por fim, formulam-se algumas conclusões de caráter geral dando conta do movimento em que essa estrutura produtiva se insere.

2. OS ANTECEDENTES HISTÓRICOS – ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A evolução econômico-industrial na região nordestina pode ser distinguida, para efeito de análise, em três fases. Essas se caracterizam por modificações significativas da organização industrial, principalmente no que se refere à sua composição e desempenho e, conseqüentemente, no modo como o processo de acumulação a nível regional será integrado à reprodução do capital no contexto mais amplo do País.

Desse modo, na primeira fase, que corresponde ao período colonial, a atividade agroindustrial canavieira fixou o perfil industrial predominante.

O processo de trabalho estabelecido, nesse período, se caracterizou pela: a) utilização prevalecte da mão-de-obra escrava, ou seja, a não-extensividade do assalariamento da força de trabalho; b) natureza autárquica dos engenhos, dando origens a certas formas imediatas de produção de subsistência; e c) a realização de valor dar-se-á, essencialmente, externa à Região, pois a venda do açúcar, em maior proporção, era feita no mercado internacional. Como conseqüência verificou-se um retardamento decisivo na formação de um mercado interno mais diversificado que motivasse a inversão produtiva em outros setores, principalmente na produção de bens de salários.

A estagnação produtiva secular a que foi submetida a economia regional, como decorrência da retração do mercado internacional para o açúcar brasileiro pela entrada em cena do açúcar antilhano, refletiu aquele forte condicionamento interno de expansão produtiva e comercial.

Ressalte-se que a perda do comércio externo acontece num período (segunda metade do século XVII) em que eram bastante elevados os níveis da produção do açúcar brasileiro. E, como afirma FURTADO,¹ embora preservando relativamente intacta a estrutura produtiva, "a economia açucareira do Nordeste resistiu mais de três séculos às mais prolongadas depressões".

Apenas no início do século XIX é que as novas condições prevaleceram no plano do comércio internacional, permitindo, assim, uma retomada plena da atividade açucareira.

De certo modo, pode-se admitir que, mesmo após a abolição da escravatura, a situação da mão-de-obra não se modificou significativamente na região açucareira, devido à pouca diversidade e extensividade produtiva que limitava, de maneira considerável, a possibilidade de mobilidade setorial.

Analisando a questão, FURTADO² admite duas possíveis barreiras que preponderavam, no sentido determinativo daquela imobilidade: a) as terras nordestinas já estavam ocupadas, em sua maior parte, tanto nas faixas úmidas quanto nas semi-áridas, já ocorrendo nestas nítida pressão demográfica; b) nas áreas urbanas a existência de um **excedente populacional** já esboçava problemas sociais desde o começo do século.

¹ FURTADO, C. Formação econômica do Brasil. 17 ed. Companhia Ed. Nacional, 1980. p. 53.

² Ibid. p. 138.

Note-se, daí, que é a pouca diversificação produtiva que determina a superpopulação relativa, a nível urbano. Outrossim, a estrutura arcaica de produção de subsistência, na região semi-árida, é responsável pela existência de uma baixa taxa de absorção de mão-de-obra, à medida que esse tipo de organização produtiva imprime uma dinâmica incipiente.

A expansão da cultura algodoeira, principalmente a partir da Guerra da Secessão Americana (1861-1865), deu forma à segunda fase do processo de implementação industrial do Nordeste.

Não se quer afirmar com isto que, de algum modo, não existissem outras atividades de manufatura industrial além da agroindústria canavieira, até este período, mas sim que eram por demais pequenas e, quase certo, não passavam de oficinas de características artesanais.

Assim, a indústria têxtil, que se formou atrelada à cultura algodoeira, exerceu papel fundamental na atividade manufatureira da região, com uma base de localização tipicamente urbana.

A complementaridade produtiva que aí se formou entre a atividade agrícola algodoeira e a indústria têxtil – foi sobremaneira importante no contexto regional, pois, implicou certa descentralização econômica a nível espacial.

Essa descentralização espacial proporcionou, em conseqüência, a expansão de uma cultura agrícola de natureza comercial, na região semi-árida, que até então poderia ser considerada uma "região fechada", do ponto de vista econômico, dadas as características da produção de subsistência então desenvolvidas.³

³ A afirmação não exclui a possibilidade de existência de transações comerciais a partir do setor de subsistência. Na verdade, esse setor, em parte, destinará os seus excedentes de produtos alimentares para os centros urbanos e para a lavoura canavieira. Contudo, são trocas em grande monta não-monetizadas, de baixo volume, excetuando-se, talvez, a atividade comercial ligada à pecuária que, a sua vez, sofrerá muito cedo percalços significativos. Para uma colocação a este respeito, ver PRADO JÚNIOR, C. P. *História econômica do Brasil*. 10 ed., Ed. Brasiliense, 1967. Cap. 5, 8.

Mesmo na permanência da agricultura de subsistência,⁴ inclusive até os tempos atuais, a plantação consorciada do algodão com produtos alimentares como o milho e o feijão nessas áreas, abriu a possibilidade de uma expansão de trocas monetizadas, até então pouco difundidas.

Ainda que aconteça a implementação industrial têxtil, com uma efetivação produtiva mais descentralizada a nível espacial, não se pode esperar que seja suficiente para redefinir, em escala significativa, a atividade produtiva regional eliminando, internamente, as disparidades interiores de acumulação preexistentes.

Sem embargo, Pernambuco permaneceu expressando a mais elevada concentração produtiva na região. Isto aconteceu mesmo diante da diversificação industrial posterior com a formação do setor têxtil, pois, dadas as condições de existência de uma base produtiva anterior, permitindo a formação de excedente produtivo, seguiu-se que este também consolidou seu parque industrial no aludido setor.

Vale chamar a atenção para o fato de que não existe somente a agroindústria canavieira como elemento determinante do padrão de acumulação. A entrada no cenário do algodão e seu beneficiamento industrial, inicialmente o chamado descaroçamento da pluma para fins de exportação e, posteriormente, a produção de tecidos grossos em escala ampliada, propiciou a formação de parques industriais no setor em vários outros Estados, principalmente, na Bahia, Pernambuco, Alagoas e Ceará.

Apenas, a título de informação, observe-se que das 100 maiores empresas industriais brasileiras, em 1907, 15 se localizavam no Nordeste.

⁴ Um estudo específico sobre o assunto é o de STEIN, S. J. *Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil - 1850/1950*, Editora Campus, 1979.

QUADRO 1
BRASIL
Região Nordeste
Firmas Industriais entre as 100 Maiores do Brasil⁵
1907

| Setores | ESTADOS | | | | | |
|----------------------|----------------------------|------------------------------|----------------------------|------------------------------|----------------------------|------------------------------|
| | Pernambuco | | Bahia | | Alagoas | |
| | Estabe- leci- mentos | No. de Traba- lhadores | Estabe- leci- mentos | No. de Traba- lhadores | Estabe- leci- mentos | No. de Traba- lhadores |
| 1. Tecidos | 3 | 3.294 | 2 | 2.770 | 3 | 1.700 |
| 2. Fumo | 1 | 522 | 2 | 2.200 | — | — |
| 3. Cal, cimento | 1 | 120 | — | — | — | — |
| 4. Sabões e velas | 1 | 66 | — | — | — | — |
| 5. Outros | 1 | 120 | 1 | 120 | — | — |

FONTE: Extraído de DEAN, W. op. cit. tabela 3.

São, assim, oito indústrias de tecidos, com capacidade de absorção de mão-de-obra extraordinária, como pode-se deduzir do tamanho médio dos estabelecimentos.

Bahia conseguiu a formação do primeiro parque industrial têxtil algodoeiro, desde 1844 até o fim da década de 1860. Contudo foi incapaz de se manter como centro industrial hegemônico no setor pois já no começo da década de 20 deste século as fábricas do Sul (São Paulo, Estado do Rio, Distrito Federal e Minas Gerais) já o haviam superado totalmente.⁶

⁵ Dados do Censo Industrial de 1907. Organizado pelo Centro Industrial do Brasil, cf. DEAN, W. A Industrialização da República Velha. In: *O Brasil Republicano*. 2 ed. DIFEL, 1977. pp. 261-2. Col. História Geral da Civilização Brasileira, 8.
Nota: Não estão incluídas as usinas de açúcar no cômputo das maiores firmas.

⁶ STEIN, op. cit. pp. 35-9, 110-14.

A dispersão industrial brasileira manteve-se praticamente inalterada entre o começo deste século e os anos 30. De fato, o Distrito Federal (englobando o Estado do Rio de Janeiro) e o Estado de São Paulo detiveram, em 1907, 30 e 16%, respectivamente, da produção industrial. O que aconteceu, na verdade, foi uma realocação espacial da produção em favor do Estado de São Paulo. Assim, de acordo com o Recenseamento Geral da República, de 1920, aquelas percentagens na produção industrial nacional foram de 20,8 e 31,5%, para os referidos Estados, respectivamente.⁷

Embora as informações sejam fragmentárias, ocorreu a nível de Nordeste a permanência de uma nítida concentração espacial da atividade industrial em que se destacam os Estados de Pernambuco e da Bahia.

Como afirma SIMONSEN,⁸ no período de implantação da República, o Distrito Federal concentrava mais da metade das atividades industriais “segundo-se São Paulo, Bahia e Pernambuco”.

Embora numa proporção menor, Bahia e Pernambuco, no começo do século XX, foram de significativa importância na determinação da produção industrial, distanciando-se dos outros Estados da Região, o que afirma o sentido da concentração espacial, de grande relevo na orientação da expansão industrial que se faria posteriormente.

Em termos de país, o processo de substituição de importações, intensificado a partir dos anos 30, teve como significado acelerar a tendência de polarização na região Sudeste, sendo o centro primaz o Estado de São Paulo.

Se, anteriormente, já se esboçava essa tendência à polarização, a partir daí, através de um conjunto deliberado de orientação de políticas econômicas sobre uma base de acumulação já assentada, originada principalmente dos excedentes gerados no setor cafeeiro, foram criados diferenciais significativos de competitividade a favor do aparato produtivo do Sudeste.

No entanto, o Nordeste experimentou um processo de estagnação relativo que se aprofundou, sobremaneira, nos anos 50. Obviamente, essa situação transpareceu as condições subumanas a que está submetida uma vasta parcela da população, com especial relevo para aquela de origem rural.

⁷ SIMONSEN, R. C. *Evolução Industrial do Brasil e Outros Estudos*. Ed. Nacional – EDUSP. 1973. pp. 17-19. Coleção Brasileira, 349.

⁸ *Ibid.*, p. 20.

Decorrem desse fato os movimentos e conflitos políticos que se exacerbaram concorrendo como elementos de pressão para uma redefinição, em termos de política econômica, da questão nordestina.⁹

Como resposta, engendrou-se, a nível do aparelho do Estado, um esquema de planejamento econômico cujo objetivo fundamental foi integrar a economia da Região à reprodução do capital a nível nacional.

Em outros termos, o que sucede, na realidade, é uma indução à ruptura da cadeia de relativa autonomia das economias regionais, principiando um esquema de reprodução de capital cuja homogeneidade de produção e circulação de mercadorias constituirão o elemento imprescindível à sua dinâmica de acumulação.

É neste sentido que, como diz FRANCISCO OLIVEIRA,¹⁰ ocorre a substituição das economias regionais, que davam a forma da economia nacional, por uma economia nacional que, embora apresente especificidades regionais, estará integrada num processo geral de acumulação de capital.

O equacionamento do problema ocorrerá na perspectiva de uma inversão dos seus termos, no sentido de fazer prevalecer quem vai determinar o quê no processo de acumulação.

Não há dúvida de que ocorrerá no desenvolvimento desse processo a consolidação de mecanismos de acumulação que resultarão num esquema interno de subordinação/dependência, dadas as características diferenciadas das estruturas produtivas já assentadas que, em última instância, determinarão os seus movimentos de expansão do ponto de vista da economia nacional.

A expansão das estruturas produtivas menos dinâmicas relativamente, tal como a da região Nordeste, estará subordinada aos movimentos daquelas mais dinâmicas, que, no caso brasileiro, situam-se no Sudeste.

⁹ Este tema é aprofundado, embora com perspectivas metodológicas distintas em: OLIVEIRA, F. *Elegia para uma re(li)gião*. Paz e Terra, 1977; CASTRO, A. B. *Desenvolvimento Recente do Nordeste*. In: *7 Ensaio sobre a economia brasileira - 1975*, v. 2, pp.145-248; GTDN. *Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste*. In: VERSIANI, F. R. & BARROS, J. R. Mendonça - org. *Formação econômica do Brasil*. Ed. Saraiva, ANPEC, 1977.

¹⁰ OLIVEIRA, *Elegia . . . op. cit.*

A determinação das especificidades da acumulação pelo centro dinâmico resultará na expansão de formas oligopólicas que caracterizam, em seus aspectos mais relevantes da organização industrial, esse mesmo centro.

Verifica-se, assim, a ocorrência de uma penetração oligopólica na região Nordeste cuja implicação é uma redefinição, em termos produtivos, da sua estrutura industrial.

Fica evidente que esse condicionamento, ou subordinação, será o elemento de fundo na determinação da capacidade de expansão industrial, a nível regional.

Essa expansão recente é que vai caracterizar o que se denominou de terceira fase e será alvo da discussão que se segue.

3. MUDANÇAS NO PERFIL INDUSTRIAL E EMPREGO – A EXPERIÊNCIA RECENTE

Como foi ressaltado, o planejamento econômico regional surgiu da necessidade de redefinição da questão nordestina como resposta de política econômica a nível nacional.

Sem embargo, a forma adotada assume caráter tipicamente keynesiano. Isso porque se conforma um mecanismo estatal capitalizador que irá se aproveitar de transferências de parte do excedente gerada produtivamente, através de taxaço, induzindo a formação de poupanças com um fim preferencial e com obrigatoriedade de inversão localizada.

Os compensadores de poupanças, destinados à acumulação regional, não se expressarão na forma de gastos governamentais, mas sim, serão originados do próprio montante de excedente gerado produtivamente.

Posta a questão nesses termos, pode-se induzir que o modo como se efetiva a implementação industrial que se segue na Região determinará uma limitada autonomia do planejamento no que se refere, principalmente, à tecnologia, localização e tipo de indústria a ser instalada. O raciocínio também é válido quando se trata da decisão do investimento em setores de retornos mais lentos e de maior risco, como a agricultura e mineração.

Em termos concretos, inicialmente, o sistema de incentivos fiscais estará organizado para a captação desses recursos, de modo que as empresas poderiam destinar 50% do seu imposto de renda devido para a aplicação produtiva na região Nordeste.¹¹

Esse mecanismo de incentivos fiscais tem como fundamento apoiar financeiramente os planos de desenvolvimento regional esboçados pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), criada em 1959, e que terá o Banco do Nordeste (BNB) como elemento complementar e de intermediação financeira do processo.

Os I e II Planos-Diretores esboçados pela SUDENE estavam apoiados no documento elaborado pelo Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), criado em 1956 no Governo Kubitschek, sob a direção de Celso Furtado.

Em resumo, ressaltaram-se as seguintes diretrizes básicas¹² cujos objetivos fundamentais eram acelerar o crescimento do emprego e da renda concomitante à melhoria dos níveis de produtividade regional:

1. intensificação dos investimentos industriais, que desse autonomia manufatureira à Região;
2. modificação técnica da estrutura agrária, com o sentido de elevar a produtividade açucareira como também desenvolver a produção de alimentos para o abastecimento da Região;
3. promoção de mudanças técnicas na economia da região semi-árida compatíveis às condições ecológicas, eliminando progressivamente as atividades produtivas de subsistência;
4. integração na economia regional das terras úmidas do Sul da Bahia e do Maranhão através de um deslocamento da fronteira agrícola.

¹¹ Posteriormente ocorreram modificações nesta estrutura com a criação do PIN e do PROTERRA, nos anos de 1970 e 1971, respectivamente. Porém, o que deve ser ressaltado é que dado o relativo sucesso desse mecanismo os incentivos foram posteriormente estendidos a outras áreas de atividades como a Pesca, Turismo e Reflorestamento, dentre outros programas. Veja-se que a SUDENE, em 1962, contava com 100% dos incentivos fiscais e em 1977 contava apenas com 21,1%.

¹² Ver GTDN, op. cit. p. 297.

Esta, por sua vez, deveria integrar-se à Amazônia através de vias de acesso a partir do Maranhão.

Na verdade, o resultado que mais sobressai da experiência de planejamento no Nordeste é a expansão induzida do setor industrial.

Isto se deve, principalmente, a que o setor primário, caracterizado por formas arcaicas de produção predominando os latifúndios improdutivo, a par das atividades de subsistência praticadas nas pequenas propriedades, notadamente na região semi-árida, dificilmente teria mobilidade para se reestruturar sem uma intervenção na estrutura agrária que viesse, efetivamente, modificar o seu *modus faciendi* e, assim, poder exibir uma dinâmica comparativa aos demais setores, especialmente o secundário.

Assim é que dos projetos aprovados pela SUDENE até o ano de 1978, apenas 20% eram ligados ao setor agropecuário, correspondendo apenas a cerca de 9,8% do investimento total previsto.¹³

Ademais, deve-se levar em conta que para se reestruturar a economia agrária da Região seria necessária não somente uma intervenção técnica mas, sobretudo, de natureza político-social que envolvesse modificações na forma de uso e posse da terra.

Esse tipo de intervenção se defrontaria, necessariamente, com arraigadas resistências da oligarquia agrária regional, cuja força política tradicional tem sido manifesta na cena política brasileira e, portanto, a inviabilizaria numa situação de curto ou médio prazo.

É nesse sentido que se quer afirmar que as modificações que se vêm operando no Nordeste são, predominantemente, de natureza urbano-industrial.

A seguir, analisaremos essas modificações da indústria, em seus contornos estruturais, tentando sempre relacioná-las com a política de incentivos fiscais efetivada na Região.

Como se vê no quadro a seguir, as mudanças ocorridas no perfil industrial da Região são sobremaneira importantes.

¹³ SUDENE. SUDENE 20 anos. 1980 p. 123.

QUADRO 2
NORDESTE
Indústria de Transformação
Valor da Transformação Industrial (VII) Segundo os
Gêneros, em Percentagem – 1949-1975

| Gêneros | Anos | | | |
|---|-------|-------|-------|-------|
| | 1949 | 1959 | 1970 | 1975 |
| 1. Produtos de Minerais | | | | |
| Não-Metálicos | 5,30 | 8,11 | 11,70 | 9,42 |
| 2. Metalúrgica | 1,70 | 2,07 | 5,19 | 8,21 |
| 3. Mecânica | 0,15 | 0,15 | 1,89 | 5,11 |
| 4. Material Elétrico e de Co- municações | — | 0,16 | 2,62 | 3,02 |
| 5. Material de Transporte | 0,15 | 0,80 | 1,14 | 1,24 |
| 6. Madeira | 1,10 | 1,68 | 1,67 | 1,86 |
| 7. Mobiliário | 0,57 | 1,61 | 1,94 | 1,51 |
| 8. Papel e Papelão | 0,45 | 1,74 | 0,69 | 1,49 |
| 9. Borracha | 0,04 | 0,30 | 0,31 | 0,45 |
| 10. Couros e Peles e Produ- tos Similares | 1,98 | 2,29 | 0,69 | 0,57 |
| 11. Química | 3,55 | 14,93 | 15,25 | 17,71 |
| 12. Produtos Farmacêuticos e Veterinários | 0,54 | 0,30 | 0,13 | 0,18 |
| 13. Perfumaria, Sabões e Velas | 1,49 | 1,44 | 0,87 | 1,11 |
| 14. Produtos de Matérias Plásticas | — | 0,02 | 0,44 | 1,60 |
| 15. Têxtil | 35,29 | 24,06 | 13,51 | 12,43 |
| 16. Vestuário, Calçados e Ar- tefatos de Tecidos | 1,80 | 2,22 | 3,80 | 4,81 |
| 17. Produtos Alimentares | 37,94 | 29,63 | 30,27 | 23,53 |
| 18. Bebidas | 3,22 | 2,98 | 4,85 | 2,83 |
| 19. Fumo | 2,28 | 3,14 | 0,01 | 0,13 |
| 20. Editorial e Gráfica | 2,14 | 1,88 | 2,50 | 2,10 |
| 21. Diversos | 0,22 | 0,36 | 0,45 | 0,59 |

Observando os dados referentes ao ano de 1949, verifica-se que, embora se possa admitir uma certa diferenciação industrial, esta não é tão significativa. Na verdade, sobressaem os setores têxtil e de produtos alimentares, os quais respondiam por cerca de 73% do VTI regional da indústria de transformação. Isso denota a permanência da indústria tradicional, até este período que respondia pelo processo inicial da atividade manufatureira, na segunda fase, ligada, mais intimamente, ao setor agrário.

Contudo, já em 1959, se observou uma modificação nesse quadro com o surgimento em destaque da indústria química a qual, entre 1949 e 1959, apresentou um crescimento da participação no VTI da ordem de 321%, correspondendo a uma inusitada taxa anual de crescimento de 15,5%, aproximadamente.

Esse crescimento setorial não pode ser considerado como efeito de qualquer política de incentivo, no sentido já descrito. Decorrerá, principalmente, da exploração petrolífera no Recôncavo Baiano, cujo efeito de difusão é bastante apreciável devido à ampla utilização do petróleo como matéria-prima básica.

Se em 1949 os Estados do Ceará e Pernambuco detinham as maiores participações do setor, em torno de 25% cada um, enquanto a Bahia apresentava cerca de 6% no VTI regional da Indústria Química, este perfil se modifica, sensivelmente, com a Bahia passando a responder por 58% daquela participação, em 1959.¹⁴

Como se afirmou, essa indução foi derivada, principalmente, da exploração petrolífera na Bahia. Nesse sentido, veja-se que em 1949 as Indústrias Extrativas de Produtos Minerais representavam nesse Estado apenas 4% do VTI total da indústria. Em 1959, as informações indicam que elas chegavam a atingir 31%. Ademais, nesse último ano a extração de combustíveis minerais, no total da Indústria Extrativa, representou cerca de 96%.¹⁵

Corroborando, ainda mais, o raciocínio anterior, verifica-se que, em 1959, na Bahia, o setor de Derivados de Destilação de Petróleo, usando a nomenclatura do correspondente Censo Industrial, já compunha 60% do VTI da Indústria Química.

¹⁴ Censos Industriais de 1950 e 1960, da FIBGE.

¹⁵ Ibidem.

Essa base industrial determinará, em última instância, os elementos essenciais à consolidação de um surto expansivo integrado posterior.

Como se vê pelo Quadro 2, o setor não somente manterá um nível alto de participação na geração da renda da indústria de transformação regional, como apresentará uma tendência crescente da mesma indústria.

Quando se analisam, setorialmente, os projetos aprovados pela SUDENE até o ano de 1978, verifica-se que 11,4% se destinaram àquele segmento correspondendo a cerca de 27,7% do investimento total. Se atentarmos, ainda, para o fato de que em torno de 34% (até 1976) desses projetos se localizaram na Bahia, pode-se ter uma idéia da ocorrência de uma concentração dos investimentos, tanto a nível setorial quanto a nível regional, a favor do Pólo Petroquímico Baiano.¹⁶

Dadas as prioridades estabelecidas para essas atividades nas políticas governamentais, é de se esperar que uma disputa dos recursos derivados dos incentivos fiscais ocorra em benefício maior do setor em detrimento dos demais e dos outros Estados.¹⁷

Passando, agora, aos setores Têxtil e de Produtos Alimentares, que respondiam, em 1949, por cerca de 35 e 58% do VTI regional, respectivamente, verifica-se que eles começam a perder peso, significativamente, no processo da atividade manufatureira, chegando, em 1975, a deter somente 12,41 e 23,51%, respectivamente, daquele total.

Esta perda se deveu, em parte, às características tradicionais desses segmentos tais como o uso de tecnologias obsoletas existentes nos dois setores, a predominância da média e pequena produção no setor alimentar, determinando a manutenção dos baixos níveis de produtividade, relativamente a nível agregado.

¹⁶ Informações derivadas de: 1) SUDENE. SUDENE 20 anos. Op. cit. p. 105; 2) FERREIRA, J. C., DUARTE, R. R. S., SOARES, F. de A. Incentivos fiscais e criação de empresas no Nordeste, SUDENE/CAEN, 1979, p. 23.

¹⁷ Para uma análise do Setor Petroquímico e sua inserção regional, ver ALMEIDA, R. Petroquímica na economia nacional e seu papel numa política regional. *Revista Econômica do Nordeste*. 10 (2): 495-550, 1979.

Tomando-se o setor Químico como base de comparação verifica-se, de acordo com o quadro abaixo, como estes setores vão-se distanciando em termos de geração de produto.¹⁸

QUADRO 3
REGIÃO NORDESTE
Índice Relativo de Produtividade do Setor Têxtil e de
Produtos Alimentares
1949-1975

| Gênero | Anos | | | |
|----------------------|------|------|------|------|
| | 1949 | 1959 | 1970 | 1975 |
| Têxtil | 75 | 26 | 26 | 25 |
| Produtos Alimentares | 82 | 30 | 28 | 19 |

FONTE: Derivados dos Censos Industriais.

Razão da produtividade média do pessoal ocupado do setor pela correspondente do Setor Químico.

É perfeitamente aceitável que num processo de diferenciação industrial devam ocorrer recomposições nos perfis setoriais, de tal modo que transparea perdas de uns e ganhos de outros, no cômputo geral agregado. Contudo, as perdas de certos segmentos são mais sensíveis quando esses não conseguem manter os ritmos de crescimento de suas produtividades respectivas, relativamente aos setores emergentes.

Em se tratando especificamente da indústria Têxtil, verifica-se que a existência de tecnologias obsoletas irá determinar um modo especial de absorção dos recursos derivados dos incentivos fiscais, qual seja o de substituição tecnológica como predominância.

Até 1969, dos projetos aprovados pela SUDENE 15,4% eram do setor têxtil e destes 68,5% se destinavam à modernização.¹⁹

¹⁸ As diferenças de preços relativos explicam parte desses diferenciais de produtividade. Contudo, o movimento tendencial se explica mais intensamente por diferenciais tecnológicos.

¹⁹ SUDENE. SUDENE 10 anos, 1969, p. 162.

Esse processo de modernização foi incentivado pela própria SUDENE, na medida que reconhecia a obsolescência setorial e considerava que “sua sobrevivência dependeria da modernização do parque instalado . . .”²⁰

É claro que esse tipo de inversão traria, em consequência, aumentos significativos de produtividade.²¹ Contudo, manteria no máximo o nível de emprego no grupo das empresas beneficiadas, o que não é uma tese difícil de ser aceita. Além do que lhes proporcionaria maiores níveis de competitividade, relativamente às empresas não beneficiadas, o que deveria implicar uma possível “expulsão” do mercado de parte dessas empresas, cuja resultante seria uma queda setorial do volume de emprego. Embora a SUDENE preconizasse o desenvolvimento paralelo da indústria de fabricação de fios finos e de tecidos médios e finos como forma de compensar a perda de emprego setorial pelo efeito da modernização,²² não parece que se tenha logrado êxito, nesse sentido.

Assim, no período 1949-1959 o emprego no setor reduziu-se a uma taxa média anual de 2,1%, inclusive para um aumento do número de estabelecimentos. Esta tendência acentuou-se no período 1959-70 com uma taxa de decréscimo no nível de emprego da ordem de 3,8%, concomitante a uma queda no número de estabelecimentos de 6,5%, aproximadamente. Embora se observe uma recuperação entre 1970 e 1975, o nível de emprego, em média, cresceu 3,1% ao ano, para um aumento do número de estabelecimentos (8,2 a.a.). Note-se que neste último ano o nível de emprego atingiu somente 76% do de 1959, segundo informações censitárias.

Passando, agora, à indústria de Alimentos, tem-se como característica principal a predominância da pequena e média empresa.²³ Este fato é importante porque, de certo modo, a capacidade de expansão setorial estará

²⁰ SUDENE. SUDENE 10 Anos, 1969, p. 142.

²¹ Apenas para efeito de ilustração, veja-se que, entre 1949 e 1959, a taxa média de crescimento da produtividade real foi de 2,5%, entre 1959 a 1970, 4,4%, e, no período 1970-75, de 15,2%, considerando-se a preços de 1975. Ademais, de acordo com o Quadro 3, ocorre uma certa estabilidade do índice relativo de produtividade a partir de 1970.

²² SUDENE. SUDENE 10 Anos, op. cit. p. 142.

²³ Admitindo-se o número médio de pessoal ocupado como proxy de tamanho, verifica-se que em 1949 o número médio de pessoas ocupadas era 10, em 1959 e 1970 8, em 1975, 11.

limitada pelo seu baixo poder de participação nos benefícios advindos dos incentivos financeiros e fiscais que foram implantados na Região.

Não se quer dizer com isso que o setor não usufruiu esses incentivos. O que se deseja afirmar é que o volume de recursos é relativamente baixo se considerado em relação aos setores mais concentrados e, portanto, mais dinâmicos.

Veja-se que até 1978 a SUDENE aprovou 174 projetos para esse segmento. O maior número setorial de projetos aprovados, contudo, representou, apenas, 4,3% dos incentivos totais previstos.

Levando-se em conta que o setor apresentava, juntamente com o têxtil, a maior participação do VTI regional, verifica-se que isto também ocorre quando se trata do nível de participação no emprego regional na Indústria de Transformação.

Surge, porém, uma diferença importante, pois embora tenha declinado a participação no emprego, esse declínio não é tão sensível como o do têxtil. Verifica-se que em 1949 a proporção do setor na Indústria de Transformação regional era de 3,5, em 1959, de 30,2, em 1970, de 31,5, e em 1975, de 29,9%. Essas mesmas proporções para a Indústria Têxtil eram de 35,9, 28,2, 14,8 e 11,9%, respectivamente, como se pode ver no Quadro A1, anexo.

A manutenção das altas frações de emprego do setor Alimentar, ocorre, principalmente, devido ao fato de que a predominância setorial da pequena e média empresa, caracterizadas pelo uso mais intensivo de trabalho, será responsável por uma maior geração de emprego direto.

Deve-se ressaltar que o fato de um setor ter maior capacidade de geração de emprego direto não implica que ele apresente maior impacto sobre o emprego em geral, à medida que se consideram os efeitos de encadeamentos tanto para frente (*Forward Linkages*) quanto para trás (*Backward Linkages*) que determinam a geração de emprego indireto pela inserção produtiva do setor.²⁴

²⁴ Alguns estudos têm demonstrado que a pequena e média empresa apresentam uma maior capacidade de geração de emprego direto, contudo nem sempre é verdadeiro quando se trata de geração do emprego total. No caso da economia brasileira, ver o trabalho de GARCIA, N. e MÁRFAN, M. *Industrialización y empleo: identificación de setores claves* (Segunda parte: Brasil). Borrador para *Discusión* -- 1980. PREALC. OIT. Santiago, Chile.

Veja-se, por exemplo, o caso do setor de Química, embora sua capacidade de geração de emprego direto seja relativamente baixa (Quadro A1), o seu multiplicador de empregos ocupa a segunda posição no *ranking* da indústria regional.²⁵

Tratando-se da indústria de Produtos Alimentares, verifica-se que a proporção de emprego direto sobre emprego total é da ordem de 91,2%. Isso implica um multiplicador de empregos de apenas 1,096, ou seja, a capacidade de indução de emprego sobre os demais setores é relativamente baixa.²⁶

Outro setor que vai assumir uma certa relevância na geração de renda e emprego, é o de Minerais Não-Metálicos.

Assim, no período 1949-59, a sua participação setorial do VTI cresceu a uma taxa média anual de 4,3%, para um aumento da participação do emprego de 3,6%. No período seguinte (1959-70) ocorreu uma redução naquelas taxas situando-se em 3,4 e 2,1%, respectivamente, mantendo, contudo, a tendência crescente. Porém, uma leve retração observou-se entre 1970 e 1975, a taxas médias superiores a 4,0 e 1,0%, para participação no VTI e emprego regional, respectivamente.

Ressalve-se que este segmento industrial, em termos de tamanho, é mais ou menos semelhante ao de Produtos Alimentares, predominando a pequena e média empresa. Portanto, é de se esperar um comportamento similar em termos da sua organização industrial, no que se refere, principalmente, aos níveis de investimentos e geração de emprego.

Observe-se que, no período 1949-1959, o número de estabelecimentos, segundo os dados censitários, passou de 3.329 para 4.655, verificando-se a permanência do número médio de pessoas ocupadas, em torno de cinco. No período 1959-1970, o número de estabelecimentos apresentou, novamente, crescimento significativo passando, em 1970, a cerca de 7.394 estabelecimentos.

²⁵ FERREIRA, J. C. et alii, p. 80.

²⁶ Idem, Ibid.

Nesse último ano, ao contrário do que se deveria esperar, o tamanho médio do estabelecimento foi ligeiramente inferior ao de 1960,²⁷ somente voltando ao nível deste em 1975.

Assim, é de se esperar que o investimento realizado via incentivos fiscais, em termos agregados, tenha exercido um baixo efeito na determinação do crescimento da empresa e, em consequência, no nível de emprego.

Na verdade, o crescimento do emprego ocorreu, praticamente, devido ao crescimento do número de estabelecimentos, exceto, talvez, no período 1970-1975, em que a taxa de incremento do emprego foi proporcionalmente maior que a do número de estabelecimentos (6,5 e 5,9%, respectivamente).

De certo modo, o setor beneficiou-se com os incentivos fiscais. Até meados de 1969 (período mais denso de aprovação de projetos para o setor) do total de projetos aprovados pela SUDENE, 12,1% se destinavam ao mesmo setor, correspondendo a uma proporção de investimento previsto de cerca de 11%.²⁸

Contudo, não se pode concluir que, em termos agregados, tenham ocorrido mudanças significativas da organização industrial que permitissem a obtenção de maior eficiência produtiva, à medida que permaneceram os baixos níveis de produtividade.²⁹

Tal como no setor alimentar, a geração de emprego direto é, relativamente alta, confirmando a idéia de que a pequena e média empresa apresentam um maior coeficiente de emprego direto. Quando se trata, porém, do efeito total sobre o emprego, segundo a pesquisa CAEN/SUDENE, não se observa uma maior capacidade de geração de emprego indireto, pois a rela-

²⁷ 5,6 e 5,4 pessoas ocupadas por estabelecimento, respectivamente.

²⁸ SUDENE. SUDENE 10 Anos, op. cit., pp. 162-64. Veja-se que essa proporção de investimento no período até 1978 é apenas 5,7%, para 10,3% do número de projetos aprovados, Cf. SUDENE. SUDENE – 20 anos, Op. cit., p. 104.

²⁹ Se comparada à produtividade média do setor Químico, verifica-se que, em 1949, o índice era de 46, em 1960 de 20, em 1970 de 22 e em 1975 de 15, portanto, inferiores aos dos setores Têxtil e Alimentar.

ção entre emprego direto e emprego total, gerados pelo setor, foi estimada em 93,9%, implicando um multiplicador de empregos da ordem de 1,065.³⁰

Outro setor que deve-se assinalar na composição setorial, do produto e emprego, no âmbito regional, é o da Indústria Metalúrgica.

Observe-se que, no período 1949-59, a sua participação no valor agregado da Indústria de Transformação regional cresceu a uma taxa média anual de 2,0% para um incremento da participação no emprego de 3,3%. Esse baixo desempenho é superado no período seguinte quando a participação no VTI regional da Indústria de Transformação cresceu, entre 1959 e 1970, a uma taxa média anual de 8,7%, para um aumento da participação do emprego da mesma ordem.

Esse impulso pode-se justificar, em grande parte, pela política de incentivos fiscais dirigida ao setor. Veja-se que até meados de 1969, dos projetos aprovados pela SUDENE para a indústria de transformação, 9,2% estavam aí localizados, correspondendo a 18,1% na participação dos investimentos, obtendo o segundo lugar no *ranking* de captação de recursos.³¹

Ademais, ressalte-se que apenas 21% desses projetos se destinavam à modernização, sendo, portanto, parte substancial do investimento reservado a novas instalações.

No período seguinte (1970-75), a taxa de crescimento da participação do VTI manteve-se no patamar inferior, enquanto a participação no emprego experimentou um crescimento mais modesto (3,9%).

Deve-se deixar claro que não há como descartar a possibilidade de que os incentivos destinados ao setor contribuíram de modo decisivo para o seu desempenho e redefinição, determinando uma melhoria sensível da sua eficiência produtiva, como se destaca no quadro a seguir.

³⁰ FERREIRA, J. C. et alii, op. cit. pp. 79-80.

³¹ SUDENE. SUDENE 10 Anos. Op. cit. pp. 162-64. Esse quadro não se modifica se se considera o período até 1978.

QUADRO 4
REGIÃO NORDESTE
Indústria Metalúrgica
Taxas de Crescimento da Produtividade Média e do Emprego
1949-1975

| Período | Produtividade | Emprego |
|-----------|---------------|---------|
| 1949-1959 | -0,7 | 3,3 |
| 1959-1970 | 3,7 | 11,9 |
| 1970-1975 | 17,7 | 11,8 |

FONTE: Censos Industriais. FIBGE.

Razão entre VTI e Pessoal Ocupado, a preços constantes de 1975, deflacionada pelo Índice de Preços de Produtos Metalúrgicos e de Metais – FGV.

Assim, entre 1949 e 1959 verificou-se um crescimento negativo da produtividade, a par de um crescimento positivo do emprego. Daí, pode-se deduzir, indiretamente, que o crescimento do valor agregado setorial deverá ser o resultado de uma maior intensificação do trabalho, para que pudesse pelo menos ser mantida em média a taxa de lucro setorial.

No período seguinte (1959-1970), reverteu-se a tendência da produtividade, mantendo-se o sentido do emprego. Aí, começa a exercer influência a reorganização produtiva setorial como decorrência das políticas de incentivos fiscais antes mencionadas.

Contudo, a consolidação do segmento ocorreu no período de 1970 em diante, quando já se observou, até 1975, que a taxa de crescimento da produtividade ultrapassou a taxa de crescimento do emprego. Esta se manteve mais ou menos constante porquanto a maior eficiência produtiva determinará, preponderantemente, a formação do valor agregado setorial.

Passando-se ao setor de Mecânica, constata-se que apenas recentemente veio apresentar algum significado na geração do produto industrial.

A dificuldade maior em analisar sua evolução reside no fato de que a classificação censitária de 1970 inclui vários tipos de produção, que irão tornar a classificação possivelmente distorcida, quando se deseja verificar o comportamento tendencial do agregado.³²

Os outros setores, como se vê pelos quadros 2 e A1, embora possam apresentar algumas modificações, estas não são significativas que mereçam destaque especial.

Assim, numa primeira conclusão, a influência dos incentivos fiscais sobre a indústria sediada no Nordeste é, principalmente, no sentido de redefinir a base da composição industrial como uma quebra de hegemonia dos segmentos tradicionais no padrão de acumulação e, conseqüentemente, sobre a geração de renda e emprego setoriais.

Ademais, é de se esperar que esta redefinição do padrão de acumulação se dê com um aprofundamento do investimento cuja natureza principal será a implementação de tecnologias relativamente poupadoras de mão-de-obra, pois, no mínimo as firmas a serem implantadas ou modernizadas requeriam as condições de eficiência produtiva necessárias a uma competitividade, agora já em escala nacional.

É importante, também, considerar em que medida ocorreram modificações de natureza intra-regional nesse processo de industrialização. Isto relacionado principalmente com a possibilidade de acirramento da concentração industrial e nível espacial.

Na verdade, se mesmo diante de uma implementação industrial "planejada" resultaram ainda recrudescimentos da concentração industrial espacial, já historicamente verificada, isto irá apenas demonstrar que a autonomia do planejamento foi bastante débil, à medida que um dos seus objetivos fundamentais era a redução das disparidades intra e inter-regional.

³² Somente para se ter uma idéia dessa dificuldade, o número de estabelecimentos em 1959 era de 36, já em 1970 o Censo Industrial registrava 666.

Não é objeto deste trabalho discutir a questão do ponto de vista inter-regional,³³ mas tão-somente aquelas manifestações intra-regionais, o que fazemos na seção seguinte.

4. TENDÊNCIAS INTRA-REGIONAIS DA ATIVIDADE INDUSTRIAL

Na introdução deste trabalho, procurou-se destacar o fato de que a economia nordestina apresentava, desde o seu limiar, uma conformação produtiva espacialmente concentrada.

No período em que predomina no ciclo a economia canavieira, essa concentração é mais extremamente marcada e sua explicação é por demais óbvia para que mereça novos comentários.

A expansão das atividades de subsistência, nos sertões semi-áridos, não vai assumir o peso relevante no sentido de que possa redefinir aquele fenômeno, dado que a capacidade de geração de renda, bem como de difusão das atividades produtivas correlacionadas é deveras incipiente.

Contudo, a entrada em cena da atividade algodoeira propicia modificações na dispersão espacial da produção regional que, embora não possa ser considerada sobrelevante, de certa forma possibilita o aparecimento de novas áreas de produção no interior da Região.

Nesse sentido, observa-se que, de acordo com as informações do Quadro 2A, anexo, a estrutura espacial da Indústria de Transformação, mesmo sendo concentrada, pois Pernambuco detinha, em 1949, 49,0% e 35,9%, respectivamente, do VTI e emprego regionais, já se observam alguns sinais

³³ Para uma discussão neste sentido, ver: OLIVEIRA F. & REICHSTUL, H. P. Mudanças na Divisão Regional do Trabalho no Brasil. In: OLIVEIRA, F. *A Economia da dependência imperfeita*, 2 ed. GRAAL, 1977. pp. 39-75. Analisa-se o processo de penetração capitalista, no Brasil, e a concomitante redução monopólica desse processo, cuja conseqüência é a destruição da autonomia relativa das economias regionais, transparecendo aí um processo de acumulação de capital integrado, em escala nacional. Numa outra perspectiva metodológica, através de uma análise da comparação dos efeitos industrialização/urbanização, é feita uma tentativa de detectar como se distanciam, em termos de geração de emprego e renda, os segmentos produtivos localizados regionalmente, situa-se o trabalho de BAER, W. & GEIGER, P. P. Industrialização, urbanização e a persistência das desigualdades regionais no Brasil. In: BAER, W; GEIGER, P. P. & HADDAD, P. R. Org. *Dimensões do desenvolvimento brasileiro*. Ed. Campus, 1978, pp. 65-150.

relativamente importantes de desconcentração espacial da atividade industrial. Levem-se em conta, na ordem de importância, os Estados da Bahia, Paraíba, Alagoas e Ceará, no que se refere à geração de valor agregado.

Essa dispersão, mesmo em nível baixo, deve-se à existência disseminada, na Região, da indústria têxtil e alimentar que, guardadas as diferenças tecnológicas e de produtos em cada um desses segmentos e para cada Estado, no cômputo geral, apresentam-se como predominantes na geração de emprego.

Sem embargo, ocorreram modificações no perfil da indústria em seus aspectos espaciais e estes se darão, sobretudo, devido a duas causas: i) a expansão da petroquímica na Bahia; ii) a política de incentivos fiscais ensejando um novo movimento de reconcentração.

O Quadro 5 mostra dois indicadores de concentração espacial, a nível de estado, dando conta desse movimento.³⁴ Os índices de Hirschman-Herfindal (C) e uma transformação da Entropia (E).³⁵

QUADRO 5
REGIÃO NORDESTE
Brasil
Indústria de Transformação
Índices de Concentração Espacial do VTI e Emprego
1949-1975

| Anos | Índices | VTI | | EMPREGO | |
|------|---------|------|------|---------|------|
| | | C | E | C | E |
| 1949 | | 0,29 | 0,19 | 0,20 | 0,16 |
| 1959 | | 0,23 | 0,17 | 0,19 | 0,15 |
| 1970 | | 0,24 | 0,18 | 0,20 | 0,16 |
| 1975 | | 0,24 | 0,18 | 0,19 | 0,15 |

FONTE: Derivado dos dados do Quadro A2.

³⁴ É de se esperar que o cálculo dos índices, por estado e agregado da indústria, seja uma subestimação dos índices reais de concentração, desde que a nível de cada estado não é levada em conta a concentração espacial, bem como a nível de cada perfil industrial.

³⁵ Cf. MARFELS, C. "Absolute and Relative Measures of Concentration Reconsidered". *Kiklos v* (24) n (4), 1971, pp. 753-767.
Tem-se que:

Como se vê pela magnitude dos dois índices, ocorreu entre 1949 e 1959 um leve processo de desconcentração espacial da atividade industrial, tanto no que se refere ao emprego quanto no que diz respeito à geração de valor, sendo que para esta em maior amplitude.

Segundo mostra o Quadro A2, a participação de Pernambuco na geração de valor agregado reduziu-se, dando lugar à emergência dos demais Estados (excetuando-se Alagoas e Sergipe para os quais declina aquela participação) destacando-se o Estado da Bahia que experimentou um acréscimo de 75,9%, correspondendo a uma taxa de crescimento da ordem de 5,81% no período.

Outrossim, cabe destacar, embora numa proporção sensivelmente menor, a participação do Ceará que sustentará essa tendência no período posterior.

Essa emergência do Estado da Bahia, em termos de geração de renda no setor industrial, está ligada diretamente ao efeito de difusão da atividade petrolífera, provocando fortes encadeamentos, principalmente com o setor de indústria Química.

Apenas como informação adicional, a Indústria Química, que em 1949 detinha apenas 1,4% do VTI da Indústria de Transformação, em 1959 esta percentagem alcançava cerca de 33,5%, acompanhando, portanto, o crescimento da indústria extrativa mencionada anteriormente.

$$C = \sum_{i=1}^n p_i^2 \qquad \frac{1}{n} \leq C \leq 1$$

$$E = \sum_{i=1}^n p_i^{pi} \qquad \frac{1}{n} \leq E \leq 1$$

Onde:

n = número de estados; p_i = participação do total da indústria do i -ésimo estado, no total da indústria a nível regional, tanto para o VTI como para o emprego. O valor do índice igual a 1 indica máxima concentração (somente um estado detém a participação industrial); sendo igual a $1/n$ indica uma distribuição equitativa das participações industriais dos estados.

No caso do Ceará, esse movimento não está muito claro. Observa-se que as modificações crescentes mais significativas se localizavam no ramo de Química e Têxtil. Ademais, ao se considerar que para a Química as indústrias de produção de óleo, ceras e gorduras (não-alimentares) representavam, em 1960, cerca de 97,7 % do seu valor agregado, para o Têxtil é o beneficiamento do algodão (cerca de 71%) que vai preponderar. É possível se estabelecer um certo encadeamento setorial, dado que no segmento Químico do Estado a produção de óleo bruto de algodão é bastante significativa.³⁶

Todavia, no período de 1959-70 os índices indicam a existência de uma reconcentração, em termos de geração de produto e de emprego. Este nível de concentração, mesmo abaixo do nível de 1949, permanecerá no período seguinte no que se refere à geração de valor agregado.

Esta quebra de tendência à desconcentração espacial ocorrida talvez se deva em parte à implementação da política de incentivos fiscais, pois, quando se analisa a distribuição espacial dos projetos de investimentos aprovados pela SUDENE, verifica-se que há uma nítida concentração espacial dos mesmos.

Deve-se ressaltar que a questão não está propriamente no número de projetos aprovados, mas no nível de investimento. Nesse sentido, note-se que do total de projetos aprovados até 1969 os Estados do Ceará, Pernambuco e Bahia detinham 16,4, 33,3 e 21,3%, respectivamente. Com relação, porém, ao montante de investimentos, as proporções para esses Estados eram de 9,1, 28,8 e 35,2%, respectivamente, ou seja, centralizando 73,1% dos investimentos.³⁷

Assim, é de se julgar que a política de industrialização implementada a partir dos anos 60 tenha contribuído para redefinir a concentração industrial, se não, pelo menos, para manter a já observada historicamente na região Nordeste.

³⁶ Não dispondo de informações para aquele período, mas utilizando informações da Pesquisa Industrial de 1966 da FIBGE. Verifica-se que, nesse ano, para o Estado, a produção de óleo bruto de algodão representava cerca de 27,0% do valor da produção do setor Químico pesquisado, seguindo-se a produção de óleo de mamona, com 10%.

³⁷ Esta situação permanece até o presente. Para o volume de investimentos aprovados até 1978, os Estados do Ceará, Pernambuco e Bahia vão contar com 7,2, 21,7 e 43,8% do total aprovado.

Cabe, entretanto, uma ressalva no que se refere à forma como ocorre essa tendência locacional das inversões, via mecanismos de incentivos fiscais.

Ao se analisar esse processo, deve-se ter em conta que a decisão de inversão sempre levará em conta certas vantagens comparativas locacionais que se expressam, principalmente, em dadas condições infra-estruturais, tais como: serviços públicos, articulações financeiras, fonte de matérias-primas, dimensão de mercado local e/ou possibilidade de acesso fácil a outros mercados, dentre outros. Naturalmente, a presença de uma maior intensidade dessas condições de viabilização da reprodução do capital determinará uma maior propensão de atração de capitais, concorrendo para que a inversão se realize de maneira mais concentrada do ponto de vista locacional.

Historicamente, por ordem hierárquica, são os Estados de Pernambuco, Bahia e Ceará que expressarão essas condições de acumulação inicial, no âmbito regional. É óbvio que os pontos de partida de Pernambuco e Bahia são por demais importantes nesse contexto, sendo que para o último a impulsão se deve, principalmente, à indústria petroquímica que veio a se instalar-se, como se ressaltou anteriormente.

Portanto, não se pode atribuir à SUDENE, como elemento de planificação, a intencionalidade de favorecimento de alguns estados em detrimento de outros, na alocação dos investimentos. Na verdade, isso somente vem demonstrar que o planejamento institucional do capitalismo está fortemente limitado pelas próprias condições que esse sistema, em si, requer para o seu funcionamento.

No que se refere ao nível de concentração espacial do emprego, verifica-se que, ao contrário do valor agregado, não há uma tendência definida. Além do mais, a diferença entre os índices é praticamente irrelevante, no decorrer do tempo.

Mesmo assim, guardadas as devidas restrições sobre os próprios índices, como expressão real da concentração, e admitida a hipótese de tendência estacionária da participação espacial do emprego a par de uma crescente concentração do valor agregado, isso deve refletir, em parte, as possíveis diferenciações tecnológicas entre os gêneros industriais para os vários Estados.

5. CONCLUSÕES

Resumidamente, pode-se concluir que a expansão recente da industrialização no Nordeste foi de tal sorte a promover modificações sensíveis no que se relaciona à geração de renda e emprego pela redefinição do perfil industrial. Assim, constata-se a emergência de certos setores modernos, como os de Química, Minerais Não-Metálicos e Metalúrgica, provocando um definhamento relativo de setores tradicionais na Região, como o Têxtil e Alimentar. Isto não significa dizer que os últimos não representem uma parcela ponderável da indústria na Região, mas sim que a tendência recente da expansão industrial tem possibilitado uma perda de sua hegemonia no processo de acumulação.

É indubitável que essas transformações se delinearão, em maior amplitude, como efeito da política de incentivos fiscais, implementada nos anos 60.

Diante disso, alguns pontos devem ser consideradas para que se possa avaliar em que medida esse processo de mudança teve significado na perspectiva de melhorias das condições sociais vigentes no Nordeste.

Em primeiro lugar, deve-se ter em conta que a maior intensidade de modernização, ou expansão, ocorreu naqueles setores cuja produção é mais caracteristicamente de bens intermediários como os de Química, Minerais Não-Metálicos e Metalúrgica, os quais absorveram cerca de 50,1% dos investimentos derivados dos incentivos fiscais, correspondendo a uma geração de emprego de apenas 26,6%. Isto significa que a política serviu como elemento indutor de uma complementaridade produtiva em escala nacional com os efeitos de benefícios internos restritivos, principalmente no que se relaciona ao emprego.

Verifica-se, por outro lado, que no tocante à mão-de-obra diretamente empregada ocorreu uma deterioração sensível dos rendimentos, no período. Apenas para efeito de ilustração observe-se que se a parcela salarial, ou seja, o montante de salários sobre o valor agregado ou renda na Indústria de Transformação era em 1960 de 22%, em 1975 estivera reduzida a 16%.

Concomitante a essa deterioração da distribuição funcional da renda correspondeu uma baixa taxa de expansão da indústria de bens de salários como a de Vestuário e de Produtos Alimentares, via mecanismo de incentivos, as quais retiveram apenas 7,0% dos investimentos para uma geração de emprego de 22,2%, até 1978.

Outro fato a ser observado é que, ao se estabelecer o processo de industrialização, criaram-se, na realidade, os mecanismos de inserção, definitivos e globalizantes, da estrutura produtiva no processo de acumulação desenvolvida em escala nacional. Desse modo, uma série de condicionamentos emergiram dos quais o mais importante é o da perda relativa de autonomia regional na determinação da expansão industrial interna, como se teve oportunidade de chamar a atenção anteriormente. Não quer isto significar que não ocorra alguma expansão, mas sim que esta estará condicionada aos movimentos de descentralização, no decorrer do ciclo, do centro hegemônico, ou mais dinâmico, que se encontra fora da Região, fortuitamente.

Por fim, o problema do subemprego e das suas conseqüências adversas sobre as condições de vida da população é um fenômeno que tem demonstrado uma pertinácia relevante. Com base nos resultados do Censo Demográfico de 1980, chega-se à conclusão de que entre 4,5 a 5,0 milhões da força de trabalho se encontra em situação de subemprego, o que representa cerca de 40 a 45% da População Economicamente Ativa da Região, auferindo rendimentos que apenas lhes permitem sobreviver nos limites da resistência humana.

A conclusão fundamental a que se chega é que em áreas subdesenvolvidas como o Nordeste não basta intensificar-se um processo de industrialização, mesmo porque esta se desenvolverá com reduzida autonomia, tanto no que se refere à expansão do investimento quanto à escolha tecnológica. É necessário, sobretudo, que a intervenção se faça de forma integrada e concomitante, setorial e intra-regional, tal como preconiza o GTDN, levando-se, contudo, em conta o aprofundamento de certas transformações estruturais que atenuem as assincronias produtivas e sociais existentes.

QUADROS ANEXOS

QUADRO A1
BRASIL
Região Nordeste
Indústria de Transformação:
Emprego Segundo os Gêneros Industriais (Porcentagem)
1949-1975

| Gêneros | Anos | | | |
|--|-------|-------|-------|-------|
| | 1949 | 1959 | 1970 | 1975 |
| 01. Produtos de Minerais Não-Metálicos | 8,75 | 12,48 | 15,62 | 14,83 |
| 02. Metalúrgica | 1,36 | 1,88 | 4,67 | 5,65 |
| 03. Mecânica | 0,16 | 0,24 | 1,71 | 5,25 |
| 04. Material Elétrico e de Comunicações | — | 0,15 | 1,80 | 2,03 |
| 05. Material de Transporte | 0,14 | 0,77 | 1,40 | 1,55 |
| 06. Madeira | 1,23 | 2,16 | 3,43 | 3,74 |
| 07. Mobiliário | 0,76 | 2,91 | 4,63 | 3,04 |
| 08. Papel e Papelão | 0,38 | 0,76 | 0,63 | 1,09 |
| 09. Borracha | 0,01 | 0,16 | 0,32 | 0,63 |
| 10. Couros e Peles e Produtos Similares | 1,59 | 2,21 | 1,18 | 0,95 |
| 11. Química | 2,72 | 4,55 | 4,44 | 4,18 |
| 12. Produtos Farmacêuticos e Veterinários | 0,21 | 0,31 | 0,12 | 0,18 |
| 13. Perfumaria, Sabões e Velas | 0,75 | 0,95 | 0,57 | 0,62 |
| 14. Produtos de Matérias Plásticas | — | 0,03 | 0,30 | 0,62 |
| 15. Têxtil | 35,94 | 28,17 | 14,79 | 11,91 |
| 16. Vestuário, Calçados e Artefatos de Tecidos | 2,83 | 4,07 | 5,06 | 7,15 |
| 17. Produtos Alimentares | 35,49 | 30,20 | 31,50 | 29,91 |
| 18. Bebidas | 2,83 | 2,59 | 4,01 | 1,90 |
| 19. Fumo | 2,72 | 2,22 | 0,01 | 0,53 |
| 20. Editorial e Gráfica | 1,81 | 2,55 | 3,06 | 2,79 |
| 21. Diversos | 0,25 | 0,53 | 0,64 | 0,97 |

FONTE: Derivado dos Censos Industriais, FIBGE.

QUADRO A2
REGIÃO NORDESTE
 Indústria de Transformação: Valor da Transformação Industrial (VTI) e
 Pessoal Ocupado, Segundo os Estados (Porcentagem)
 1949-1975

| Estados | 1949 | | 1959 | |
|---------------------|-------|-----------------|-------|-----------------|
| | VTI | Pessoal Ocupado | VTI | Pessoal Ocupado |
| Maranhão | 2,8 | 3,8 | 3,8 | 5,9 |
| Piauí | 0,6 | 1,1 | 0,9 | 1,8 |
| Ceará | 6,5 | 12,9 | 8,2 | 9,3 |
| Rio Grande do Norte | 2,9 | 3,2 | 4,1 | 3,8 |
| Paraíba | 9,9 | 11,1 | 9,0 | 8,2 |
| Pernambuco | 49,0 | 35,9 | 37,8 | 34,4 |
| Alagoas | 9,1 | 9,8 | 7,8 | 9,5 |
| Sergipe | 5,1 | 6,6 | 3,5 | 6,6 |
| Bahia | 14,1 | 15,6 | 24,8 | 20,5 |
| Total Regional | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

| Estados | 1970 | | 1975 | |
|---------------------|-------|-----------------|-------|-----------------|
| | VTI | Pessoal Ocupado | VTI | Pessoal Ocupado |
| Maranhão | 3,0 | 3,7 | 2,5 | 3,4 |
| Piauí | 1,1 | 2,4 | 1,2 | 2,2 |
| Ceará | 12,6 | 14,5 | 11,3 | 16,6 |
| Rio Grande do Norte | 3,8 | 4,8 | 4,5 | 6,0 |
| Paraíba | 6,1 | 7,3 | 6,6 | 7,8 |
| Pernambuco | 37,5 | 33,7 | 33,7 | 29,6 |
| Alagoas | 6,6 | 7,8 | 5,8 | 8,0 |
| Sergipe | 2,5 | 4,1 | 2,5 | 3,6 |
| Bahia | 26,8 | 21,7 | 31,9 | 22,8 |
| Total Regional | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

FONTE: Derivado dos Censos Industriais – FIBGE.

Abstract: In this article the author analyses the more meaningful transformations taking place in the industrial sector of the Brazilian Northeastern Region. The main findings are that the regional expansion process has led to an industrial structure dependent on an industrial matrix lying outside the region. This fact happens mainly due to the complementary character of Northeastern industrialization. An important implication of that industrial pattern is the pernicious weakness in the dynamics of the internal process of labor absorption. Moreover, an increase in the spatial concentration of industry has contributed to widen the intra-region disparities.

